

## **Teoria da Reprodução Social e Movimentos Sociais: imbricando gênero, raça e classe para revalorizar as lutas sociais no campo da reprodução**

### **Social Reproduction Theory and Social Movements: interweaving gender, race and class to revalue social struggles in the field of reproduction**

**Tainã Góis<sup>1</sup>**

Resumo: O presente artigo tem como objeto a análise da unidade necessária entre as lutas sociais por melhores condições de vida e trabalho realizadas pelas classes trabalhadoras em movimento tanto no âmbito da produção como da reprodução social. Seguindo uma leitura ortodoxa do marxismo, muitas vezes as disputas trabalhistas nos locais da produção, materializadas em greves e paralisações nos locais de trabalho, são visualizadas como as únicas capazes de efetivamente entrar em conflito real e mobilizar as contradições das relações sociais de produção capitalista. Na contramão dessas leituras, me utilizo dos conceitos formulados pela Teoria de Reprodução Social de forma a visibilizar a importância das lutas na esfera da reprodução social – lutas feministas, antirracistas, por terra, moradia e acesso a bens comuns - na organização das classes trabalhadoras, assim como seu potencial disruptivo. A partir da noção da relação estrutural entre produção e reprodução estabelecida pela TRS e, portanto, do necessário imbricamento entre as relações de gênero, raça e classe para a atual conformação das relações sociais de produção e reprodução, procuro destacar como formas de resistência no âmbito da reprodução social caminham de mãos dadas com as resistências na esfera da produção, e são fundamentais para a criação de formas organizativas e políticas efetivas de resistência contra o capitalismo.

Palavras-chave: teoria da reprodução social; trabalho; movimentos sociais; teoria do valor; feminismo

Abstract: This article aims to analyze the necessary unity between the social struggles for better living and working conditions carried out by the working classes in movement both in the context of production and social reproduction. Following an orthodox reading of Marxism, labor disputes at production sites, materialized in strikes and work stoppages, are often seen as the only ones capable of effectively entering into real conflict and mobilizing the contradictions of social relations of capitalist production. Contrary to these readings, I use the concepts formulated by the Theory of Social Reproduction in order to make visible the importance of struggles in the sphere of social reproduction - feminist, anti-racist struggles over land, housing and access to common

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da USP. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP.

goods - in the organization of the working classes, as well as its disruptive potential. Based on the notion of the structural relationship between production and reproduction established by TRS and, therefore, the necessary overlapping between gender, race and class relations for the current conformation of social relations of production and reproduction, I try to highlight forms of resistance within the scope of social reproduction go hand in hand with resistance in the sphere of production, and are fundamental to the creation of effective forms of resistance against capitalism.

Keywords: theory of social reproduction; work; social movements; would have of value; feminism

Na síntese de Bhattacharya (2019, p.103), a Teoria da Reprodução Social coloca no centro dos debates a questão da força de trabalho, argumentando que as atividades necessárias para sua reprodução – trabalhos domésticos, de cuidados, moradia, educação e transporte - a despeito de serem fundamentais para manutenção da sociedade, são desvalorizadas, assim como as trabalhadoras e trabalhadores historicamente incumbidos de sua realização.

Buscando realocar no centro da discussão marxista a reprodução da classe trabalhadora, a TRS propõe que a chave para compreender os motivos e consequências dessa desvalorização é a análise da relação entre a produção de mercadorias e de reprodução social, considerando que a desigualdade entre as duas esferas corresponde à uma necessidade estrutural do capitalismo de criar formas desiguais e combinadas de relação da força de trabalho com o assalariamento e de inserção no sistema de produção - e que essa diferenciação é realizada pela hierarquização dos membros e membras da classe trabalhadora por meio das categorias de classe, gênero e raça.

Consequência disso é que, ainda que na aparência seja essa sua forma hegemônica, o capitalismo não se sustenta unicamente sobre o trabalho assalariado ou formal. Nos termos de Federici, “o capitalismo não é necessariamente identificável com o trabalho contratual e assalariado”, mas opera no sentido de descaracterizar como trabalho todas as atividades que não são realizadas no processo direto de produção de mercadorias, o que “revela a conexão umbilical entre a desvalorização do trabalho reprodutivo e a desvalorização da posição social da mulher” (2019, p. 204).

De forma a realocar a reprodução social dentro da teoria marxista, considerando que esse âmbito da exploração teria sido pouco teorizado pela literatura clássica<sup>31</sup>, as teóricas e teóricos da TRS se empenham no trabalho de resgate e expansão de suas categorias-chave. Nessa esteira, o conceito de trabalho é retomado enquanto expressão não apenas das atividades subsumidas às relações de assalariamento, mas de todos os trabalhos exercidos pela classe trabalhadora, incluindo as atividades não remuneradas realizadas fora da produção imediata (ARRUZZA,

2017, p. 45). Ainda, essa agenda teórica visa realocar a dominação e exploração enquanto fenômenos interligados, retomando a conexão entre os aspectos estruturais e ideológicos do capitalismo, para reconstituir uma totalidade que abarque, dentro dos marcos das relações capitalistas, as opressões de gênero, raça e classe conjuntamente, assim como as formas de resistência nas quais se empenham a classe.

Para reconstruir seus pressupostos centrais, com o objetivo de retomar a unidade entre as lutas sociais na esfera da produção e da reprodução, no primeiro item deste artigo faço uma reconstrução histórica da TRS, localizando as principais problemáticas que impulsionaram a formação do campo. Na sequência, apresento a teoria a partir de seus três principais pilares: i) o conceito de reprodução social; ii) a proposta de que as relações sociais de produção e reprodução são organizadas a partir da divisão social do trabalho baseada nas categorias de classe, gênero e raça; iii) a ideia de que as esferas da produção e da reprodução podem gerar demandas por direitos e formas de organização específicas.

## **Reconectando a produção de mercadorias e a reprodução social**

Nos dois próximos itens trarei as formulações da TRS sobre a condição material de opressão a mulher sob o capitalismo, e em um segundo momento os aportes das feministas negras, que passam a explicar como a questão racial se intersecciona estruturalmente com a produção capitalista. O objetivo dessas abordagens é demonstrar como racismo e patriarcado organizam historicamente instituições e práticas de reprodução social para: i) reduzir os custos da reprodução social da classe trabalhadora, explorando trabalhos de forma gratuita e ii) garantir uma massa de trabalhadores sem emprego e marginalizados, em condições precárias de reprodução, obrigados a aceitar péssimas condições de trabalho e de remuneração.

### ***Reprodução social determinando a opressão de gênero***

Lise Vogel é a primeira pensadora a abordar de forma sistemática, dentro das categorias marxistas, a questão da opressão da mulher, e é sobre as bases de sua teoria que se funda a análise da opressão de gênero na perspectiva da Teoria da Reprodução Social, motivo pelo qual seu principal texto, *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*<sup>53</sup> (1983), será o foco central deste tópico.

Ressaltando que considera a opressão de gênero uma situação que reverbera expressivamente na subjetividade e individualidade das pessoas, entende, contudo, que essas abordagens não são suficientes, pois “tendem a ignorar as formas nas quais a opressão privada é relacionada à questões mais amplas das relações de produção e da estrutura de classes” (VOGEL, 1983, p. 142). Com isso em mente, a autora se propõe à elaboração de um esquema explicativo que demonstre o “aspecto econômico ou material” das relações de gênero enquanto estruturais para configuração da divisão social do trabalho na exploração capitalista.

Elemento central para a Teoria da Reprodução Social, Vogel alicerça o eixo sobre o qual se propõe a debater no conceito de *força de trabalho*, a “mercadoria especial do capitalismo”. Nesse caminho, primeiramente reconstrói a ideia marxista de que todo trabalho de produção demanda a reprodução da força de trabalho, dado que “entre outras coisas, a produção social requer que o suprimento da força de trabalho esteja sempre disponível para pôr o processo de trabalho em movimento” (VOGEL, 1983, p. 143), ressaltando que as atividades de produção de mercadorias em geral e reprodução da mercadoria força de trabalho são indissociáveis, apenas momentos distintos do processo integral das relações sociais de produção, posto que “a reprodução social implica na reprodução das condições de produção” (VOGEL, 1983, p. 143).

Na leitura de Vogel (1983), Marx introduz o conceito de consumo individual para explicar como se realiza a reprodução da força de trabalho sob o capitalismo: por meio do salário, o trabalhador direto poderia adquirir os produtos necessários para garantia de sua subsistência. Esse consumo, em definição marxiana, trataria justamente dos “processos diários que restauram o produtor ou a produtora direta, que permitem que retorne ao trabalho (...) permitindo que o trabalhador se envolva, repetidas vezes, no processo de produção imediato”. (VOGEL, 1983, p. 145)

Com isso na mesa, a autora endereça a crítica de que o conceito de reprodução, nessa formulação, refere-se unicamente “à manutenção de um produtor direto individual já imerso no processo de produção” (VOGEL, 1983, p. 146). Segundo a Vogel, em nenhum momento seriam especificadas a condição e amplitude desse conceito de reprodução, deixando de lado um estudo mais sistemático sobre a questão da substituição geracional de trabalhadora, a manutenção de indivíduos que não trabalham, como idosos e doentes, e também sobre a possibilidade de recrutamento de novos trabalhadores para o contingente da força de trabalho via escravização ou migração – ou seja, todas as formas sob as quais o capitalismo promove a reposição de força de trabalho, que englobam também, mas não apenas, o consumo de bens<sup>55</sup>.

Vogel (1983, p. 159) argumenta que, ao equiparar o salário (enquanto valor destinado à compra de bens necessários à reprodução) ao valor do trabalho necessário à reprodução do trabalhador, deixaria de determinar integralmente o valor da força de trabalho, não tratando da totalidade do trabalho despendido na reprodução, que engloba também i) a reprodução biológica para reposição da força de trabalho; ii) o trabalho empregado no processo de preparo dos bens

de consumo; iii) os serviços de cuidado; e assim trataria a reprodução social em um âmbito individual, deixando de lado a teorização da reprodução social da totalidade da classe.

Como sintetizam Ferguson e McNally (2017, p. 34), nesse ponto Vogel (1983) interrompe a argumentação de *O Capital* para criar não uma oposição, mas uma extensão, na qual procura responder à uma questão que teria sido, em sua leitura, mal explorada: “quais são as condições de possibilidade dessa ‘mercadoria especial’, a força de trabalho, o próprio pivô da economia capitalista?” Vogel responderia a essa pergunta identificando que a reprodução da força de trabalho não é realizada dentro do ciclo capitalista de produção de mercadorias (VOGEL, 1983, p. 151), mas por um processo que denomina momento da reprodução social das relações de produção capitalistas.

Na metodologia da autora, diferenciar as etapas de consumo de bens e trabalho necessário à reprodução não tem como função unicamente expressar a existência do trabalho doméstico realizado principalmente pelas mulheres, mas destacar a problemática central de que, em regra geral, a produção capitalista vive uma relação necessária de contradição permanente com a reprodução social: ainda que esta produza a mercadoria mais importante do capitalismo, o impulso de acumulação desmedida que é intrínseco e necessário ao capital, materializado na necessidade de explorar cada vez mais horas de trabalho, gera uma crise no sistema de reprodução ao reduzir as horas disponíveis para manutenção da classe – o que, em última instância, ameaça a existência da mercadoria força de trabalho. Nas palavras de Vogel (1983, p.159) “o trabalho reprodutivo, objetivamente, compete com o capital em sua intenção de acumulação”.

Isso porque, para além do tempo de trabalho gasto para recebimento do salário necessário à compra de bens de consumo, este realizado de forma integrada ao processo de produção, outra atividade demandaria o tempo e a energia do trabalhador: o tempo gasto com o trabalho necessário para a manutenção da classe, realizado fora do processo de produção. Por exemplo, e considerando que a maior parte das mulheres da classe trabalhadora atua também na produção direta, a redução da produtividade decorrente do processo gestacional, ou mesmo a necessidade de dispêndio de tempo com cuidados de crianças e idosos, reduzem o tempo e energia disponíveis à extração de mais-valor. Ainda, se o trabalhador ou a trabalhadora precisa processar seus alimentos, limpar sua casa, e gasta algumas horas no transporte entre a casa e o trabalho, menos tempo sobra para que seja possível a ampliação da jornada de trabalho com intuito de aumentar a mais-valia. Assim, quanto maior o tempo despendido na reprodução, menor a taxa de exploração que torne viável o ciclo do capital, de forma que, “na perspectiva da classe dominante há, portanto, uma potencial contradição entre a sua necessidade imediata de se apropriar do trabalho excedente e sua demanda de longo prazo por uma classe que o realize” (VOGEL, 1983, p.161).

É por essa razão que a discussão em torno do eixo da reprodução social coloca como

centro de análise a necessidade de compreensão de como o capitalismo gere essa contradição entre produção e reprodução, na tentativa de desvendar como o capitalismo organiza o trabalho social de forma a minimizar o tempo de trabalho necessário a longo prazo, garantindo, ao mesmo tempo, a manutenção da reprodução da força de trabalho.

Vogel desenvolve a seguinte explicação para esse processo: reproduzindo o esquema de Marx, a autora sintetiza que, no capitalismo o trabalho é dividido em duas porções - num primeiro momento, o trabalhador reproduz suas condições de vida e, num segundo, produz o que se capitaliza na mais-valia que lhe é extraída. Nas sociedades capitalistas, assim, a exploração ocorre pela apropriação de mais-valor, e o mais-trabalho aparece na forma de trabalho assalariado. Contudo, na leitura de Vogel (1983, p. 160) ainda existiria uma *terceira porção de trabalho*, aquela realizada no âmbito doméstico e, portanto, por fora da esfera de produção direta de mercadorias. Dessa forma, o trabalho necessário, aquela porção de trabalho pela qual seria efetivamente o trabalhador direto remunerado, na verdade esconderia duas porções distintas de trabalho – uma primeira, necessária à garantia do salário para consumo de bens para a reprodução, e ainda uma segunda, aquela necessária a todas as demais atividades de reprodução social.

A relação salarial, assim, serviria para mascarar uma segunda câmara escura que sustenta o capitalismo: o trabalho reprodutivo. Na formulação de Vogel, a propriedade “especial” da mercadoria força de trabalho é explicada, portanto, pelo fato de que, diferentemente das demais mercadorias, não é produzida internamente ao ciclo de produção capitalista, mas por um processo distinto de reprodução:

Nas sociedades capitalistas, então, a relação entre lucro e trabalho necessário tem dois aspectos. De um lado, a demarcação entre mais-valor e o componente social necessário ao trabalho é ofuscado pelo pagamento de salários no processo capitalista de trabalho. Do outro, o componente doméstico do trabalho necessário é dissociado do trabalho assalariado, a arena onde o mais-trabalho é realizado”. (VOGEL, 1983, p. 159)

Colocando o problema dessa maneira, Vogel (1983) demonstra que, enquanto a produção de mercadorias seria organizada em torno da subsunção do trabalho via assalariamento, uma parcela da reprodução social seria empurrada para fora desse sistema, realizada de forma “mascarada” pelo trabalho assalariado: supostamente remunerando a reprodução da classe trabalhadora, o assalariamento remuneraria unicamente sua primeira porção de trabalho reprodutivo, aquela que corresponde ao tempo necessário para compra de bens necessários à manutenção da força de trabalho. A outra parcela, assim, seria realizada mediante o chamado “trabalho doméstico”, a porção de atividades não remuneradas realizados no âmbito privado da classe trabalhadora.

É sobre essa compreensão a Teoria da Reprodução Social formula que o capitalismo não se sustenta apenas sobre trabalho assalariado, mas desenvolve um sistema que articula, de

forma desigual e combinada, formas distintas de trabalho. Nessa condição, a dinâmica de acumulação capitalista não pode ser resumida ao assalariamento empregado na produção, mas envolve diversas outras formas de exploração do trabalho: de outra monta, a reprodução social, ainda que compartilhe com a produção a totalidade das relações sociais capitalistas, ocorre em momentos distintos e sob formas de trabalho diferenciadas.

É apenas nesse ponto da equação que Vogel (1983, p. 154) insere a questão da divisão sexual do trabalho, considerando ser por meio da apropriação das diferenças biológicas entre homens e mulheres e da atualização da ideologia do patriarcado que o capitalismo determina serem as mulheres as responsáveis pelas atividades de reprodução: essa seria a forma histórica sob a qual o capitalismo resolveria a contradição material entre a produção e a reprodução. Como coloca Vogel (1983, p. 168) “as relações sociais através das quais o trabalho necessário é realizado não podem ser postuladas independentemente de casos históricos específicos”: sob as relações sociais capitalistas, a especificidade desse processo é que, no âmbito da estruturação econômica, as esferas de produção e reprodução social estão separadas e, enquanto sustentáculo ideológico, “como um elemento na resolução histórica da contradição, os arranjos reais para a reprodução da força de trabalho geralmente tiram proveito de relacionamentos entre mulheres e homens que são baseados na sexualidade e no parentesco” (1983, p. 170).

Isso porque, empiricamente, nas sociedades capitalistas, o fardo do componente não remunerado do trabalho necessário repousa desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto o fornecimento de mercadorias tende a ser desproporcionalmente de responsabilidade dos homens, cumprido pela participação no trabalho assalariado. Esse posicionamento diferencial de mulheres e homens em relação ao trabalho excedente e aos dois componentes do trabalho necessário, contudo, não é uma decorrência natural da característica dos trabalhos realizados, mas se constrói enquanto um aspecto de dominação política.

Podemos encontrar no trabalho de Federici (2018), *O Calibã e a Bruxa*, a principal obra do esforço de relocalizar no desenvolvimento histórico o processo de absorção de uma ideologia patriarcal para dentro do sistema capitalista. A autora desenvolve o argumento de que o processo de transição de uma economia de subsistência para uma economia de mercado teria separado as esferas de produção e reprodução, ao apartar os trabalhadores de seus meios de subsistência, tornando invisível a “importância econômica da reprodução da força de trabalho desempenhada em casa, e sua função de acumulação de capital” (FEDERICI, 2018, p.86).

Para a feminista italiana, a necessidade de criação de um proletariado urbano, fundamental para organização da sociedade capitalista, que demanda homens “livres” para vender sua força de trabalho, se utilizou, em mesma intensidade que a tomada de terras das populações camponesas, do que denomina “cercamento dos corpos femininos”. A destruição das condições de reprodução social, assim, conformou não apenas processos de desagregação das formas comunitárias de subsistência das populações, mas uma intensificação da disciplina

sexual para conformação de papéis de gênero, aprofundando a desigualdade entre homens e mulheres no campo do trabalho. Federici (2018, p. 293) identifica no processo de Caça às Bruxas, carreado nos séculos XVI e XVII, como a marca da força ideológica repressiva sobre o corpo e sexualidade femininas, considerando o processo “uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada para quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução”.

Esse movimento, iniciado pela extrema violência contra a liberdade da mulher, política sobre o próprio corpo, encontraria no século XIX seu corolário científico para a construção de papéis de gênero, quando a psicologia, antropologia, medicina e direito passaram a teorizar sobre essa “condição feminina” como decorrente da biologia e, portanto, naturais. Para essa “ciência”, a necessidade de recolhimento e afeição ao lar decorreria da constituição frágil feminina. Ainda, a maternidade seria um processo natural, consequência de sua maior submissão aos aspectos biológicos, dada a reduzida racionalidade feminina. Aos poucos, nesse processo, “as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a aparecer como um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos” (FEDERICI, 2018, p. 203).

Esse raciocínio é compartilhado por Saffioti, quando afirma que “o aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher”, dado que, no processo inaugurado pelo modo de produção capitalista, “ela contrairia uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina”, ao passo que, “no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Essa proposição permite que se extraiam algumas sínteses. Primeiro, que essa segmentação entre a produção e a reprodução, produzida pelo capitalismo na separação de formas distintas de trabalho, geram um aprofundamento da cisão entre os espaços de produção e reprodução. A desvalorização das atividades de reprodução, determinadas pela ideologia patriarcal como uma extensão da própria existência feminina, demarcariam o local de realização da produção de mercadorias no âmbito público, enquanto a reprodução seria relegada aos espaços domésticos privados.

Além disso, ao contrário de uma visão focada unicamente na perspectiva da produção, a integração da análise da reprodução enquanto elemento essencial da produção permite que se associe de forma dialética implicações políticas e ideológicas, enquanto determinantes de como as distinções marcadas pela ideologia de gênero são decalcadas no âmbito da economia pela divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, ambas as esferas, ideológica e econômica, contribuem para a separação entre as esferas de produção e reprodução.

Em terceiro lugar, a proposição da TRS propõe uma visão alternativa às perspectivas dos



sistemas duplos ou triplos de opressão: longe de uma forma de dominação alheia ao capitalismo, a opressão de gênero seria a maneira que as formações ideológicas e estruturais do capitalismo se combinam para determinar como formas diferenciadas e específicas de exploração recaem sobre homens e mulheres.

Por fim, é importante destacar também que, em caminho distinto ao das teóricas do trabalho doméstico anteriores, “a avaliação de Vogel não leva a argumentar que a base socio-material da opressão das mulheres pode ser encontrada nas relações de gênero dentro do lar” (FERGUSON; McNALLY, 2017, p. 35). Ainda que a família seja a forma principal que toma, sob o capitalismo, a opressão das mulheres, o motivo central da opressão não está na realização de trabalho doméstico gratuito para os homens na esfera privada, “em vez disso, a opressão gira em torno da importância do trabalho social para o capital” (2017, p. 35), e da forma como o capitalismo se apropria do trabalho da reprodução social.

Não se tratando da divisão sexual do trabalho algo biológico, mas relações sociais historicamente determinadas, não existe qualquer impedimento natural para que as atividades de reprodução social não sejam, por exemplo, socializadas, como forma de redução da porção de trabalho doméstico realizado nas esferas privadas. Ainda que seja o corpo feminino o responsável pela reprodução biológica, sabemos que isso não impede que uma mulher esteja no mercado de trabalho: uma boa porção do trabalho reprodutivo em lavanderias, lojas de roupas pré-confeccionadas, cadeias de *fast-food*, ou pela absorção do Estado via educação e saúde públicas, e pela garantia de serviços de cuidados de crianças e idosos pagos (VOGEL, 1983, p.162).

O único limite para a socialização integral das atividades reprodutivas é econômico, dado que, como coloca Vogel (1983, p. 162), “o componente doméstico do trabalho necessário não pode ser completamente socializado na sociedade capitalista”, já que transferir todo o trabalho realizado de forma gratuita para o estado ou entidades privadas demandaria que fosse realizado de forma paga, o que elevaria o valor da reprodução social geral e, conseqüentemente, do custo da força de trabalho, impossibilitando a acumulação capitalista. Nesse sentido, as causas e conseqüências se apresentam de forma invertida: não é o lugar da mulher na família a origem da opressão de gênero, mas, ao contrário, é o fato de que o capital organiza o trabalho reprodutivo de forma privada e individual, marcando responsabilidades de acordo com aspectos biofísicos, que explica por que existem pressões, em determinados momentos históricos, para a constituição de famílias mononucleares em conformidade com desigualdades de gênero.

Disso decorre o fato de que a participação ou não da mulher no mercado formal de trabalho, assim como da organização ou não do trabalho de reprodução via núcleo familiar, não são situações estáticas, que encontram apenas uma solução no capitalismo - em outras palavras, o capitalismo não demanda a permanência integral das mulheres no lar, mas sim a sustentação de um sistema de desvalorização do trabalho de reprodução social e da divisão entre público e privado. Nesse sentido, a forma como se organiza a reprodução social não é estanque, mas uma

configuração histórica fruto dos conflitos sociais.

### ***Aportes teóricos sobre a questão racial no capitalismo***

Uma das principais críticas que receberia o feminismo-marxista até a contemporaneidade, como aponta Bhattacharya (2017, p 9) na introdução da recente obra *Teoria da Reprodução Social: Remapeando a Classe, Recentralizando a Opressão* (2017), seria o fato de que muitas abordagens sobre a reprodução social, por se centrarem na condição do trabalho doméstico realizado de forma gratuita por mulheres, ocultariam a questão racial enquanto elemento estruturante das relações sociais capitalistas: flexionando apenas o gênero da classe trabalhadora, incorreriam na mesma mistificação de universalização do sujeito.

Um dos caminhos encontrados pela Teoria Unitária para buscar uma compreensão que verdadeiramente abarque as opressões sociais em sua totalidade foi estabelecer, ainda que sob perspectiva crítica, um diálogo mais próximo com as teorias da interseccionalidade, reconhecendo que devemos às críticas do Feminismo Negro os mais profundos alertas sobre a necessidade de se pensar o fenômeno das múltiplas contradições engendradas pelas relações de classe, gênero e raça, como forma necessária para construção de uma compreensão da realidade que não aprofunde a marginalização de determinados sujeitos (FERGUSON; McNALLY, 2017; FERGUSON, 2020).

Entre as feministas negras norte-americanas, o acúmulo das experiências decorrentes do movimento abolicionista e pelos direitos civis evidenciou<sup>56</sup> um fenômeno que seria a principal preocupação do *Black Feminism*: a inexistência de identidade imediata entre as mulheres brancas e as mulheres negras. Ainda que pautado na diferença, esta unidade seria recomposta a partir da dialética da opressão sob o capitalismo, conforme o alerta Smith (1983) para quem, “o conceito de simultaneidade da opressão é ainda o eixo central de uma compreensão do feminismo negro sobre a realidade política e, segundo o que acredito, é uma das maiores mais significativas contribuições ideológicas do pensamento negro”.

Enquanto conceito, a interseccionalidade foi elaborada em 1977 pelo *Combahee River Collective Statement*<sup>57</sup>, coletivo de mulheres negras lésbicas norte americanas, enquanto síntese dos debates que travaram com o movimento socialista e negro norte-americano (TAYLOR, 2017). O objetivo central do manifesto foi propor uma análise que integrasse os sistemas de produção de desigualdade baseados em raça, sexo e classe, articulando as reivindicações contra a opressão e exploração em uma chave materialista histórica, voltada principalmente para sistematização e organização de movimentos revolucionários. Kimberlé Williams Crenshaw (1989) foi a responsável pela primeira formulação acadêmica do conceito. Debruçando-se sobre a análise do tratamento jurídico dado aos casos de violência doméstica contra mulheres negras, Crenshaw concluiu que o sistema legal era incapaz de oferecer respostas para situações em que ambos marcadores, gênero e raça, se cruzavam (CRENSHAW,

1989, p. 10). A interseccionalidade, assim, seria uma combinação capaz de encontrar a situação específica na qual se encontra o sujeito, a partir do entrecruzamento entre esses vetores, tendo como principal objetivo oferecer uma ferramenta analítica que permita o desenho de políticas públicas capazes de incidir nos fenômenos decorrentes das diferentes opressões.

Ainda que formulado no contexto norte-americano, não se pode dizer que não encontre correspondência na realidade brasileira. Lélia Gonzáles (1982) também trouxe em sua obra a questão da situação específica da mulher negra, como podemos encontrar, por exemplo, no texto eleito por seus biógrafos como o melhor diálogo entre feminismo e raça do período (RATTS, RIOS, 2010), escrito quando de sua passagem pela Califórnia, em exato mesmo momento em que Davis escrevia os textos que hoje compõem a obra *Gênero, Raça e Classe* (RODRIGUES, 2017). Nele, Gonzáles (2017) afirma que ser mulher negra no Brasil é “ser objeto de tripla discriminação”, uma vez que ela “enquanto empregada doméstica, sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da inferioridade que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido do problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem que enfrentar”<sup>59</sup>.

Dito isto, e ressalvada novamente sua importância, a aplicação da metodologia da interseccionalidade enfrentou densas barreiras que ameaçam seu potencial disruptivo. Desenvolvido em meio as teses pós-modernas, que preconizavam a morte do sujeito enquanto

---

<sup>59</sup> Atraindo a juventude do movimento feminista negro nacional, o conceito interseccionalidade se transformou em importante bandeira política no Brasil, passando a ser utilizado, ainda que de forma polissêmica, como termo de referência para designar a aderência a um feminismo mais amplo e integrado à uma forma de contestação contra opressão de gênero e raça que emergia das periferias, que não entendesse a mulher enquanto uma categoria homogênea (AKOTIRENE 2019, p.). Uma pesquisa etnográfica realizada em torno da utilização do conceito interseccionalidade pelos coletivos feministas brasileiros demonstrou, a partir de análise de discurso em redes sociais, que este vinha sendo aplicado de forma crescente nos debates online, além de desembocarem na organização do I Acampamento Interseccional, realizado em São Paulo em 2015, unindo jovens periféricas e ativistas universitárias, significando a importância do termo enquanto ferramenta teórico-metodológica sintetizadora da práxis dos movimentos feministas. (RIOS, PERES, RICOLDI, 2018).

identidade determinável, e a crítica às metanarrativas pela impossibilidade de se construir explicações totalizantes (BENHABIB, 1995), o conceito atravessou o campo teórico se afastando da possibilidade de integração estrutural das opressões, passando a ser utilizada pelo senso comum para nomear políticas individualistas de empoderamento<sup>60</sup>.

Mascarando as estruturas das condições sobre as quais se fundam as opressões, e colocando o indivíduo e sua experiência particular acima das contradições sociais coletivas (HAIDER, 2018, pág. 24), ao contrário de funcionar como método de análise capaz de explorar a unidade entre as formas de opressão, a apreensão corrente do termo acaba aprofundando a fragmentação social atomizante do capitalismo. A metáfora desenvolvida por Crenshaw para exemplificar o conceito é um dos elementos que mais atraem críticas: em 2001, na oportunidade da Conferência Mundial Contra o Racismo na África do Sul, a pensadora se utilizou, para expressar o entrecruzamento das opressões para expressar o entrecruzamento das opressões da imagem de uma pessoa na junção de um cruzamento, ameaçada por veículos que viriam em sua direção por diversos caminhos, dando origem a diversas controvérsias que entenderam sua versão da interseccionalidade como cruzamento de linhas, vetores, eixos ou localizações estanques.

O exemplo gráfico criado por Crenshaw recebe críticas exatamente tratar as opressões de gênero de forma geométrica, se utilizando de um método meramente aditivo, abordando os fenômenos a partir de investigações empíricas que revelam quais opressões estão em jogo em determinado momento, mas sem analisar a lógica sistêmica que condiciona as configurações particulares das experiências (FERGUSON, 2017). Na crítica de Davis (2013), o conceito seria incapaz de conectar as opressões nas relações no âmbito individual e as contradições que se articulam em uma totalidade coesa, promovendo o descompasso das políticas identitárias, conformadas na acomodação das contradições de raça e gênero ao desenvolvimento do capitalismo.

Frente a essas ponderações, McNally (2017, p. 103) argumenta que, se teoria e prática jamais andam dissociadas, tendo em vista a importância do conceito para a prática social e sua potência em operar transformações, ao invés de afastar dogmaticamente o conteúdo integral da teoria, “é importante que se opere uma crítica dialética, que se permita adentrar ao sistema de pensamento e engajar com seus termos, integrando seus insights mais críticos” (McNALLY,

---

<sup>60</sup> A guisa de exemplo, parece relevante destacar que o termo interseccionalidade foi popularizado nos Estados Unidos, em uso bastante oportunista, a pela candidata do Partido Democrata, Hilary Clinton, cuja agenda política carrega forte conteúdo neoliberalizante, atacando a candidatura masculina de Bernie Sanders como “não sensível à gênero”, este cuja agenda, ainda que salpicada de contradições, encampava um tipo de socialismo democrático, na defesa de sistemas de saúde e educação universais e públicos e pautas progressistas na política externa.

2017, p. 104). Coloca como tarefa da TRS, assim, uma atitude que permita absorver a força da interseccionalidade em desarmar o “sujeito universal abstrato” enquanto organizador das teorias sociais, sem abrir espaço para as concepções pós-modernizantes que impedem a compreensões estruturais<sup>61</sup>.

Comprometida com esse engajamento, e na tentativa de endereçar não apenas as aparências, mas as relações sociais que fundamentam as opressões de raça, a Teoria da

Reprodução Social irá incorporar das teorias da interseccionalidade a importância de se entender o racismo enquanto uma forma ideológica que se desenvolve no capitalismo para modular o valor da força de trabalho e as condições de reprodução social da classe trabalhadora.

Dentre os empreendimentos da literatura sobre a questão racial marxista, podemos citar a obra de Cedric Robinson (1983) como uma das análises mais profundas no que toca a articulação das categorias marxianas sobre o objeto da intersecção entre a questão colonial e a questão racial. A grande transformação, sob o capitalismo, seria justamente a criação das opressões raciais para gerar segmentações internas à classe trabalhadora, dando origem ao que denomina “capitalismo racial”.

Segundo o autor, a ideia de classificação social a partir do elemento raça passa a existir historicamente com o colonialismo, dada hegemonização das relações capitalistas ser pautada no trabalho escravizado negro e indígena, fundamental para a acumulação de matérias primas e mão-de-obra baratas necessárias para o empreendimento europeu. Nesse contexto, o racismo opera a segmentação entre identidades históricas branco e negro, determinando a divisão racial do trabalho como forma estruturalmente imbricada na divisão de classes: produzindo e reproduzindo a noção de que o trabalho assalariado seria um privilégio das populações brancas, e que a inferioridade racial das populações negras implicaria no desmerecimento de uma compensação monetária pelo trabalho, acabaria por determinar formas distintas e combinadas de controle do trabalho pela racialização e hierarquização interna da classe trabalhadora.

Essa perspectiva se assemelha a ponderação que realiza Davis (2016) quanto a experiência das mulheres negras na classe trabalhadora<sup>62</sup>. A autora alerta que, muito distante

---

<sup>61</sup> As teóricas negras de vertente marxista abordam o entrecruzamento de opressões a partir da proposta de Smith (2017), para quem o conceito pode ser tomado em duas acepções – uma determinada pelo desenvolvimento das teóricas do movimento feminista negro, e outro em sua apreensão pela ala pós-estruturalista do pós-modernismo. Afirma, ainda, uma segunda distinção, pontuando a interseccionalidade como uma metodologia de análise, e não uma teoria e, dessa forma, possível de ser aplicada a diversos constructos teóricos s que buscam compreender a relação entre as diferentes opressões.

<sup>62</sup> Embora o trabalho de Angela Davis seja anterior à Teoria da Reprodução Social enquanto constituição de um campo, obras recentes da TRS têm reivindicado suas formulações enquanto análogas às tentativas de organização unitária das opressões de gênero, raça e classe, como destaca o texto de McNally (2017, p. 111), que considera que “ela mostra as inter-relações sistemáticas através das quais a dominação racial e de gênero estão

de uma categoria homogênea, enquanto as mulheres brancas teriam sua experiência de opressão a marcada pela institucionalização da mística feminina<sup>63</sup> da dona de casa apartada do trabalho produtivo, as trabalhadoras escravizadas eram submetidas a trabalhos braçais tanto quanto seus companheiros homens, muitas vezes impedidas de realizar as atividades de cuidados de sua família, performando, portanto, papéis de gênero não correspondiam à ideologia europeia do século XIX da família (DAVIS, 2016).

Contemporânea ao *Wages for Housework*, Davis (2016, p 234) estende duras críticas às feministas organizadas no projeto, destacando que a campanha não só reproduzia uma perspectiva da branquitude, como também a possibilidade de assalariamento para o trabalho doméstico se encaminharia mais no sentido de mercantilização de novas porções do trabalho social do que qualquer tipo de resistência efetiva contra o capitalismo, patriarcado e racismo. Dessa forma, segundo a autora, a emancipação da mulher negra não pode se pautar na libertação do trabalho doméstico não pago, uma vez que, desde a abolição, a absorção de mão de obra de trabalhadoras negras se deu justamente via trabalho doméstico assalariado precarizado.

As inflexões entre as duas formas de dominação, assim, de gênero e racial, apontam para uma condição de diferenciação interna à categoria feminina: enquanto a desvalorização do trabalho de reprodução social, pautada no modelo europeu branco de família, hierarquiza negativamente a categoria das mulheres, a somatória da opressão racial cria condições para precarização do trabalho dos corpos negros. Dessa forma, a opressão da mulher, considerando sua intersecção com raça, vai muito além da questão do trabalho doméstico não remunerado, sendo esta formação apenas uma das maneiras adotadas pelo capitalismo para a extração de mais-trabalho.

É exatamente nesse sentido que as feministas negras que se aproximam da Teoria da Reprodução Social apontam para a importância do reconhecimento de que uma compreensão integral do racismo não pode se reduzi-lo unicamente a um sistema de exploração, em uma versão economicista de uma teoria materialista histórica da opressão racial, uma vez que isso tende a produzir conclusões de que o problema da opressão com viés de raça está unicamente vinculada à uma conformação da produção.

---

totalmente entrelaçadas com a exploração capitalista - tanto que elas não podem ser legitimamente consideradas separáveis, mesmo que elas permaneçam analiticamente distintas em um certo nível de abstração”.

<sup>63</sup> O conceito de Mística Feminina, que passou a denominar a condição da mulher encerrada ao ambiente doméstico, foi cunhado nos estudos de Friedan (1963). Para uma discussão quando ao aprofundamento do estereótipo de mulher formulado pelas teorias científicas do século XIX, ver SAFFIOTI (2013). Para um panorama das contradições que ainda hoje reverberam na constituição familiar, ver KEHL (1998).

Como nos alerta Keeanga-Yamahatta (2011), expressar a dupla função do racismo é fundamental para completar o quadro e explicar não apenas sua constituição enquanto elemento conformador do capitalismo, mas para a manutenção da estratificação interna à classe trabalhadora, uma vez que “o racismo é ideológico, mas tem implicações tangíveis no mundo real. Afirmar que o racismo é ideológico não o torna mais impotente de forma alguma, mas notabiliza a diferença entre as questões de condições materiais e consciência.” (KEEANGA-YAMAHATTA, 2011, p. 9). Também nesse sentido, contamos com a síntese de Bakan (2016):

“Enquanto os privilégios da classe opressora estão estruturados no processo de acumulação e reforçados pela alienação e opressão, os privilégios relativos dispensados para setores das classes oprimidas são contingentes. (...) Membros da classe trabalhadora podem e de fato adotam ideologias e práticas opressivas contra outros de sua própria classe, não de uma forma instrumental, mas por que eles vêm a acreditar e apoiar tais visões” (BAKAN, 2016, p.23)

A perspectiva de Davis (2016) sobre a questão do trabalho doméstico ainda traz outro aporte fundamental. Em *Mulheres, Raça e Classe* (2016, p. 237), a autora conta como a brutal exploração econômica das populações negras submetida ao *apartheid* sul-africano elaborou uma composição bastante diferente para a solução da contradição entre produção e reprodução social a ser aplicada às famílias negras, onde “os arquitetos sociais do *apartheid* simplesmente determinaram que a mão de obra negra rende lucros mais altos quando a vida doméstica é descartada por completo”. Enquanto os homens eram vistos como produtivos e mão-de-obra relevante, suas mulheres, filhos e filhas eram vistas como “supérfluas e improdutivas”, nada além de acessórios para a procriação da unidade de trabalho masculina negra. Assim, de acordo com a lei local, as mulheres negras desempregadas eram banidas das áreas brancas, levadas para albergues coletivos para longe das cidades onde os maridos estavam empregados.

Davis destaca desse processo que a vida reprodutiva dos trabalhadores, vista como não lucrativa justamente para reduzir ao máximo o valor de reprodução da mão de obra, permitia precarizar até ultrapassar os limites humanos a condição de existência das famílias negras. Contudo, a autora ainda negrita uma segunda questão, que exalta um outro lado fundamental da contradição engendrada pela reprodução social ao capitalismo: se a vida doméstica das populações negras era vista como supérflua economicamente, politicamente, era enxergada como uma ameaça, já que a manutenção da unidade familiar permitiria a “formação de uma população negra com taxas de crescimento relativamente constantes” (DAVIS, 2016, p. 237), impedindo o branqueamento da população, além de permitir a criação de organização de trabalhadores e trabalhadoras negras para resistir coletivamente ao sistema do *apartheid*.

Nesse ponto, interseccionar a questão racial nos permite perceber como o controle da reprodução social pelo capital pode se dar de distintas formas, não unicamente pela pressão para que as mulheres realizem trabalho doméstico não remunerado no interior dos lares. Como aponta Federici (2015), tratando sobre o trabalho migrante, uma possibilidade de garantir a realização da reprodução da força de trabalho a baixo custo é justamente explorar o trabalho de trabalhadores e trabalhadoras migrantes que, sob um sistema de dominação racial, são obrigadas a aceitar condições extremamente precárias de trabalho.

A ideologia racista, assim, seria uma forma histórica adotada pelo capitalismo para garantir o rebaixamento das condições de reprodução a classe trabalhadora negra, como forma de reduzir o valor de sua força de trabalho no âmbito da produção e, num aspecto geral, reduzir o valor total da força de trabalho da classe trabalhadora. Como vimos, a condição para que seja possível a extração de mais-trabalho, ou seja, a condição para que se opere a mágica da força de trabalho lograr produzir mais do que seu valor de reprodução, é justamente o fato de que uma porção de trabalho empregada na reprodução dessa trabalhadora não é remunerada. As formas históricas que essa situação de resolve pode ser pela realização de trabalho doméstico não pago, mas também pode se concretizar pela precarização das condições de vida e existência de porções da classe trabalhadora.

A racialização, nesse esquema, como propõe a síntese de Ruas (2017, p. 131) pode ser conceituada como mecanismo essencial da acumulação capitalista: ela permite aos capitalistas diferenciarem os trabalhadores no modo pelo qual gerenciam a reprodução a fim de aumentar a capacidade produtiva do capital e de elevar a taxa de mais-valia, ou seja, a taxa de exploração. Ainda que em sua aparência o capitalismo surja como um mecanismo de abstratizar a força de trabalho, em sua essência ele não produz homogeneidade, mas diferenciação constante entre parcelas da força de trabalho. É através da segmentação e da criação de mecanismos de competição interna à classe trabalhadora que mantém as condições de acumulação.

Uma análise deste processo em sua totalidade seria capaz de enxergar a dinâmica contraditória que conferiria centralidade também ao processo de produção de diferenças raciais entre os trabalhadores como parte integrante da extração eficiente da mais-valia. A criação de mecanismos de inserção e de expulsão de parcelas da classe trabalhadora da subsunção sob o assalariamento cria a possibilidade de, ainda que se absorva as demandas por parte da população trabalhadora por melhores condições, manutenção de parcelas inteiras da população sem condições de total precariedade de condições de reprodução. A reprodução social de escravizados, prisioneiros de campos de trabalho, trabalhadores migrantes que vivem às



condições de seus empregadores, são exemplos de como o capitalismo pode exercer um controle distintos, a depender da conjuntura e da composição das forças sociais em oposição.

Conjugando os elementos que orientam a divisão sexual e racial do trabalho com a forma como se regulamenta o trabalho necessário, o trabalho de Fraser (2016, p.104-105) apresenta uma boa síntese de como as disputas em torno da reprodução social se materializam ~~hoje~~. A autora propõe três fases de regulamentação da reprodução social sob o capitalismo, que são compostas a partir dos interesses do capitalismo e da condição de organização e reivindicação das classes trabalhadoras. Em um primeiro momento, no início do Século XIX, a absorção de mão de obra escravizada nas colônias e reprodução realizada integralmente via trabalho doméstico entre as famílias assalariadas geraria uma forte independência entre a produção e a reprodução pela “domesticação” deste último.

A organização da classe para melhores condições de sobrevivência e as disputas em torno das condições de trabalho, entre as décadas de 1920 e 1940, faria com que o modelo girasse para um regime de capitalismo mediado pelo Estado, que denomina de “*fordismo e salário família*” que passaria então, via leis de proteção ao trabalho e promoção de políticas sociais, a assumir parcialmente os custos da reprodução. Enquanto isso, seria forjado um modelo de feminilidade que empurraria às mulheres o trabalho doméstico, a ser realizado no interior dos lares de forma gratuita.

A partir da década de 1990, um novo regime seria implementado, seguindo o capitalismo global financeirizado. Nessa etapa, que a autora credita, entre outros elementos, à uma resposta do neoliberalismo às reivindicações feministas, a reprodução social seria realizada via absorção de mulheres, principalmente negras e imigrantes, para a realização dos trabalhos doméstico e de cuidados de forma precarizada, externalizado o trabalho de reprodução social, ao mesmo tempo que perpetua a desigualdade entre os diferentes componentes da classe trabalhadora, contruindo o modelo “*domicílio com dois recebedores*”.

## **Movimentos sociais sob a perspectiva unitária**

Uma das principais distinções da Teoria da Reprodução é justamente sua preocupação em coadunar o campo teórico o político, engajada na compreensão das lutas da classe trabalhadora por uma transformação das condições reais de existência e trabalho. Nesse sentido, abordo a questão, como sintetizado por Bhattacharya, apontado que “a chave para desenvolver uma forma dinâmica de compreender a classe trabalhadora é o enquadramento da reprodução social” (2017, p. 81), uma vez que se propõe a analisar a organização dos trabalhadores não apenas no local de trabalho, mas em todas as formas de organização e movimentos sociais nos quais trabalhadores e trabalhadoras se engajam no enfrentamento das relações de opressão e exploração.

Ainda que não realize a tarefa de apresentar uma nova teoria completa dos movimentos sociais, a Teoria da Reprodução Social desloca o eixo da discussão novamente para o campo das batalhas travadas em torno da divisão social do trabalho<sup>64</sup>, somando às perspectivas clássicas novas problemáticas, embebidas das discussões sobre as opressões, que podem ser interessantes aportes iniciais para a extensa tarefa, ainda por ser levada a cabo, de se repensar o campo de estudos dos movimentos sociais sob uma perspectiva unitária.

### ***O enfoque marxista sobre os movimentos sociais***

Na síntese de Galvão (2011, p. 107), não contamos com uma “teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada”, posto que “as contribuições dos autores vinculados ao marxismo, sobretudo os clássicos, priorizaram a discussão das formas partido e sindicato, bem como da relação entre ambas”. Enxergando o movimento operário como o “movimento social por excelência”, por sua vinculação estreita com a classe trabalhadora em seu enfrentamento com o capital, poucas elaborações foram realizadas quanto a outras formas de levante social. A eclosão de novas formas de expressão da luta de classes, a partir da década de 60, iria desafiar essa perspectiva, trazendo a necessidade de elaboração de novas teorias.

No estudo das organizações coletivas, essa agenda desembocou no paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”, oriundo principalmente de teóricos europeus, se levantando em atrito com as categorias marxistas de trabalho e classes sociais. De maneiras diferentes, os teóricos dessa agenda advogam que alterações estruturais da sociedade teriam trazido à tona novos sujeitos políticos, que se organizavam de forma inovadora, fora do ambiente tradicional do conflito capital-trabalho, recriando demandas e atores sociais e davam nova feição às lutas sociais. Apontando para uma alternância de interesse por direitos subjetivos, pelo

reconhecimento de identidades e reivindicações relacionadas à cidadania, esse paradigma teórico se colocou em atrito com categoria classe, entendida como incapaz de amparar teoricamente o “novo ator social” em movimento<sup>2</sup>.

Na introdução à obra coletiva *Marxism and Social Movements* (Marxismo e Movimentos Sociais), Barker, Cox, Krinsky e Nilsen (2013, p. 5) elencam as derrotas das lutas dos trabalhadores organizados entre as décadas de 70 e 80, o que parecia ser um processo de irreversível tendência ao desmantelamento conservador da URSS, e os partidos sociais democratas associados ao sindicalismo de Estado pouco combativo, como elementos históricos para explicar para o surgimento desse tipo de abordagem sociológica, em oposição aos estudos de movimentos tradicionais, que abarcavam, essencialmente, os sindicatos.

Conforme os autores, ainda que as teorias pós-estruturalistas se contraponham ao espantinho de um marxismo institucionalizado e burocrático, a profusão de teorias para os “novos movimentos sociais” gerou vácuo na produção radical sobre movimentos sociais: se a gênese do marxismo é justamente a preocupação em dar forma teórica às reivindicações coletivas em torno do trabalho, enquanto os enfrentamentos ao capitalismo das décadas seguintes tiravam do centro as lutas imediatas nos locais de trabalho, foi-se abrindo uma lacuna, acadêmica e militante, na produção de uma teoria materialista histórica sobre movimentos sociais.

Como consequência dessa dinâmica, em grande parte impulsionada pela própria lógica de acumulação neoliberal do capital, em seu movimento de isolar as formas de reivindicação para impedir críticas estruturais, temos, no campo da teoria, uma pouco produtiva segmentação entre os estudos de movimento sindical e demais movimentos sociais. Enquanto as novas teorias tratariam os estudos sindicais sob a pecha de anacrônico e cooptado, restrito a representação de identidades masculinas e brancas, os novos movimentos sociais seriam vistos pela teoria marxista como não populares, agindo sobre reivindicações não estruturais, que lograriam apenas “acomodar contradições e regular o sistema”.

Como elaboram Baker, Cox, Krinsky e Nilsen (2013, p. 29), as reservas mútuas que distanciam os campos de pesquisas tem esvaziado a teoria de interconexões que seriam de grande de benefício mútuo, “se que os estudos dos movimentos sociais abandoarem seu generalizado desinteresse quanto a distinta influência do capitalismo nas dinâmicas de protesto”, por um lado, e se “pesquisadores trabalhistas prestassem atenção a importantes

---

<sup>2</sup> Em oposição ao “modelo clássico”, a ideia de inovação era justificada pela percepção de que irrompiam movimentos não mais protagonizados pelos proletários, mas em torno da afirmação de identidades até então não incorporadas enquanto atores políticos legítimos, como jovens, mulheres e estudantes. Suas reivindicações, distantes da luta por melhorias salarial, circulavam em torno de demandas pós-materiais, engendrando formas direitas de ação política que impulsionavam mudanças culturais e ideológicas, sem estratégia de tomada do poder ou do Estado, mas em busca de alternativas autônomas. Um mapa do desenvolvimento teórico sobre os movimentos sociais e sobre as perspectivas utilizadas por autores que se debruçaram sobre os movimentos no Brasil e América Latinas pode ser encontrado, por exemplo, nas obras de Gohn (1997; 2001), Alonso (2009), Boschi (1991).

questões teóricas e práticas envolvidas em questões críticas relativas à consciência, organização e estratégia” (BAKER; COX; KRINSKY; NILSEN, 2013, p. 29)

Isso porque, se os estudiosos da Teoria Sindical muitas vezes abraçam uma estreita defesa do trabalho produtivo como único foco real de luta de classes, incapazes de enxergar outras formas de combate aos interesses do capital, a análise decorrente do “giro culturalista ou giro antiprodutivista”<sup>66</sup> dos movimentos sociais se alicerça em perspectivas excessivamente autônomas e identitárias, perdendo a capacidade de compreensão de que pessoas comuns tem o potencial de fazer a própria história, formando culturas de oposição e contestação à lógica dominante de forma ampla, e não apenas a partir de suas necessidades localizadas.

Consequência disso, a divisão que coloca os estudos sindicais e sobre greve como objeto dos “estudos trabalhistas” ou relações de trabalho, de um lado, e a resistência cotidiana aos “estudos culturais”, gera abordagens científicas pouco capazes de compreender o papel crucial que as greves podem ter nos movimentos sociais, assim como a resistência das culturas locais podem ter papel relevante no acúmulo de forças para revoluções populares (BARKER, COX, KRINSKY, NILSEN, 2013, p. 7).

Contudo, como coloca Galvão (2011, p. 108), o marxismo ainda “dispõe de uma gama considerável de elementos para realizar essa tarefa”, disposição sobre a qual a autora propõe que, para iniciar a reorientação dos estudos dos movimentos sociais de volta às categorias do materialismo histórico, se faz necessário apresentar novas respostas às perguntas: “qual a relação entre classes e movimentos sociais?” e “como analisar as diferentes formas que a contestação social assume no capitalismo contemporâneo?”

Quanto à primeira problemática, Galvão (2013) irá propor uma compreensão ampliada de classes sociais e, conseqüentemente, de classe operária, para abarcar sujeitos políticos não estritamente vinculados à produção imediata, de forma a realocar a relação entre classes e movimentos para além do conflito capital trabalho imediato encontrado nos locais de trabalho produtivo. Movendo-se à segunda problemática, a autora propõe que, para analisar as modalidades de contestação que emergem com força na conjuntura neoliberal, é necessária uma perspectiva não economicista do marxismo, capaz de articular também as implicações políticas sobre a forma de fazer reivindicações.

Galvão (2013) rejeita a determinação de classe social a partir do posicionamento imediata do sujeito na produção, e propõe um conceito dinâmico de classes sociais entendendo que “a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes” (GALVÃO, 2011, p. 110)<sup>67</sup>. Longe de uma categoria abstrata que lhe seria pré-existente, a classe trabalhadora enquanto categoria social se forma justamente por meio da luta de classes.

A autora afirma que não se filia a ideia de que todos os trabalhadores pertencem à classe operária ou ao proletariado, “uma vez que, ambos os conceitos são, por vezes, tomados como

sinônimos”<sup>68</sup> (GALVÃO, 2011, p. 111), o que apagaria a heterogeneidade da composição da classe trabalhadora, destacando a importância de se considerar as diferenciações internas à classe trabalhadora que são trazidas pelos estudos focados em gênero e em raça. Dessa forma, busca uma compreensão ampliada também da luta de classes, de forma a englobar não apenas os aspectos de conflito direto com o capital, que visam a tomada do poder a alteração total da sociedade, mas também os embates políticos, ainda que restritos a demandas por melhorias pontuais “que também podem, dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações, atingir interesses da classe da burguesia.” (GALVÃO, 2011, p. 115)

Em síntese, cria-se um panorama de análise que considera os movimentos sociais como uma expressão da luta de classes, não estabelecendo uma cisão entre mobilização e poder político, entre movimento social e organização política, e que aponta para as diferentes dimensões políticas do movimento social, dado que os movimentos sociais constituem “modos de contestação contra as diferentes formas de exploração que emergem do capitalismo contemporâneo” que, por emergirem do capitalismo “a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para uma análise marxista dos movimentos sociais” (2011, p.123). A partir dessas considerações, encaminha o debate para a necessidade de articular e de construir unidade entre diferentes movimentos sociais, na medida em que a lógica capitalista está presente em esferas aparentemente desconectadas da economia.

### *A perspectiva da TRS sobre a relação entre movimento de moradia e sindicatos*

Partindo da compreensão de que as esferas ideológicas e econômicas se combinam para determinar as condições de opressão e exploração de sujeitos marcados por classe, raça e gênero na divisão social do trabalho, a Teoria da Reprodução Social irá apresentar uma formulação que busca articular justamente a localização na estrutura do capitalismo às formas que tomam as reivindicações dos movimentos sociais, quer pautados na luta imediata no local da produção ou de reprodução social. Nessa linha, as proposições centrais elaboradas pela TRS quanto a abordagem dos movimentos sociais, aqui reconstruídas, são que: i) toda a disputa da classe trabalhadora pela melhoria de condições de vida e trabalho são parte da luta de classes, independentemente de ser realizada na esfera da produção ou da reprodução; ii) que condições distintas de inserção na classe promovem formas específicas de mobilização social e iii) que as lutas pela reprodução tem o potencial criativo de elaborar novas formas de sociabilidade e organização da classe trabalhadora.

i) *toda reivindicação da classe trabalhadora é por melhores condições de vida*

Bhattacharya (2017, p. 69) indica que a chave para desenvolver uma dinâmica suficiente para explicar as distintas formas de mobilização da classe trabalhadora é a explicitação de que

o trabalhador e a trabalhadora têm uma vida para além do local de trabalho, e o abandono da ideia de que o capital deixa de dominar a vida das pessoas quando elas saem do trabalho, para que se possa focar em como a relação existente entre sua vida “privada” e a produção na qual está implicada sob o capitalismo e sobre as formas de resistência.

Diferentemente das demais mercadorias, “o valor da força de trabalho pode se ajustar ao preço”, ou seja, ao contrário do processo de produção de objetos, a força de trabalho “pode ajustar (aumentar ou diminuir) suas necessidades a partir do salário recebido” (BHATTACHARYA, 2017, p. 78) – quer pela realização do trabalho de reprodução sob a forma não paga, quer pela precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Nesse caminho, a conclusão que se tira é que esse valor é determinado pelas relações sociais, a depender do estágio de desenvolvimento histórico, ou seja, o montante de necessidades para a reprodução da força de trabalho varia a depender das condições da luta de classes<sup>69</sup>.

Enquanto o âmbito da economia aparece como um local onde a força de trabalho é livremente trocada de forma equivalente, na realidade a equivalência esconde, por meio da ideologia jurídica, formas profundas de dominação e de perpetuação de desigualdade. Do ponto de vista teórico, separar essas duas esferas retira a capacidade explicativa sobre como a subordinação do trabalhador e da trabalhadora extrapola o âmbito da produção e atinge suas condições de reprodução, assim como a necessária condição de heterogeneidade da classe trabalhadora para sustentar esse fenômeno. Nas palavras de Bhattacharya (2017, p. 85) uma das maiores tragédias “da destruição do poder da organização radical e da dissolução das comunidades vivas proletárias nos últimos quarenta anos foi a perda na prática desse insight sobre a totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho”.

O raciocínio de Bhattacharya (2017, p. 79) propõe que “entender o sentido expandido no qual a economia é, na verdade, um esquema de relações sociais atravessado pela luta de classes” permite enxergar que o valor da força de trabalho não é um dado constante, mas um produto, essencialmente, da luta de classes – ou seja, de luta política, que coloca de um lado o capitalista, cujo interesse é a exploração da força de trabalho para extração de porções cada vez maiores de lucro, e do outro o interesse do trabalhador, em garantir melhores condições de existência.

---

<sup>69</sup> tomemos o seguinte exemplo. Sigamos com a acepção metodológica de que o valor dos bens necessários à reprodução seria fixo. Em dado momento histórico, o desenvolvimento das forças de produção permite um aumento da produtividade, diminuindo, assim, o valor dos bens necessários à reprodução. Nesse contexto, mantido o valor do salário, a força de trabalho estaria sendo paga em montante superior ao seu valor, permitindo à classe trabalhadora acessar mais bens de consumo. Contudo, na realidade, o que ocorre é que “o valor dos salários tende a se ajustar ao seu ‘valor real’, para que os capitalistas sejam então capazes de se beneficiar eles mesmos do aumento da produtividade e da redução do valor da força de trabalho”. (BHATTACHARYA, 2017, p. 79).

Nesse sentido, não só a reprodução é um campo de luta de classes, dado que a “luta dos trabalhadores por satisfazer as próprias necessidades é inerente e parte integral do sistema capitalista” (BHATTACHARYA, 2017, p. 80), como a própria luta de classes tem como centro a disputa pela demarcação dos limites entre a produção e a reprodução. Enquanto a repartição entre o âmbito da produção de mercadorias e da reprodução social é a forma como se dão as relações sociais sob o capitalismo – que coloca de um lado as necessidades do lucro e, do outro, de produção da vida, a luta de classes se dá justamente entre os interesses do capital, por otimizar a produção, e do lado oposto o interesse da classe trabalhadora, por melhorias nas suas condições de existência.

Em outras palavras, o que se mostra sob a aparência de uma luta econômica por melhores condições de trabalho é, na realidade, uma disputa por melhores condições de vida. Apesar de as proposições parecerem pouco diferentes, esse deslocamento do enquadramento é fundamental para demonstrar como as lutas da classe trabalhadora, dentro ou fora do local de trabalho, tem a mesma raiz: a disputa da classe trabalhadora contra o capital para manter ou melhorar suas condições de vida e reprodução. Como argumenta Bhattacharya (2017, p. 85), considerando que a luta de classes é justamente a batalha da classe trabalhadora contra a dominação e opressão do capitalismo, “todo movimento social e político que tenda na direção de obter ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou a desafiar o poder do capital como um todo, deve ser considerado um aspecto da luta de classes”.

ii) *As formas históricas de organização do trabalho determinam as possibilidades de resistência entre a produção e a reprodução*

Seguindo esse raciocínio, a forma que toma a organização das condições de reprodução e dão nos marcos das disputas entre a classe trabalhadora e a classe proprietária: quer pela privatização total dos serviços no âmbito doméstico, quer pela transferência de sua realização para o mercado ou, ainda, pela socialização via coletivização. Longe de uma forma estanque e imutável de reprodução social, o resultado do conflito de classes e da transformação das relações sociais de produção atua tanto em diferentes formas de conformação do controle do trabalho assalariado como em formas de controle e organização da reprodução e manutenção da classe trabalhadora, demandando maior ou menor intervenção do Estado para criação de regulamentação quanto à reprodução, e permitindo que maiores ou menores porções do trabalho de reprodução sejam ou não mercantilizadas.

Ainda que haja uma ligação indissolúvel entre as disputas em torno da produção e da reprodução social, a maior parte dos sindicatos, mesmo os mais combativos, tendem a se focar

na disputa por “salários mais altos e benefícios no local de trabalho”. Bhattacharya (2017, p. 91) entende que essa condição não decorre (pelo menos não unicamente) de uma deformação na organização sindical, mas da própria estrutura de como se organiza o trabalho social sob o capitalismo, dado que “os contornos da luta de classes são bastante nítidos no espaço de trabalho. O trabalhador sente a dominação do capital em sua experiência diária e entende seu poder sobre sua vida”. Dessa forma, a organização no local de trabalho é facilitada por duas vantagens: “um, eles têm objetivos e alvos claros e, dois, os trabalhadores e as trabalhadoras estão concentrados em pontos próprios do circuito do capital e tem o poder coletivo de parar certas partes da operação” (BHATTACHARYA, 2017, p. 92).

Contudo, considerando as proposições da TRS, a extração de mais valor não acontece unicamente nos locais de trabalho, mas ataca também as condições de reprodução dos e das trabalhadoras, podendo atuar para a precarização das condições de transporte, moradia, meio ambiente, ou mesmo no aprofundamento de políticas de opressão de gênero, raça e sexualidade. No argumento de Bhattacharya (2017), a mais-valia pode ser aumentada via aumento da jornada de trabalho, ou pela redução salarial e solapamento das condições de reprodução. Enquanto apenas alguns desses elementos cria a possibilidade de disputa no local de trabalho, ambos são espaços de disputa entre as classes.

Exatamente porque o capitalismo privatiza e transforma as condições de reprodução em elementos não econômicos, a serem geridos via unidade familiar, políticas estatais, ou privatização de sistemas de cuidados, a luta de classes no âmbito da reprodução aparece de forma difusa e apartada das condições diretas de produção. Dada a forma como se organiza a sociedade, as disputas em torno da reprodução social, não tem “uma área direta de confrontação”, se voltando contra políticas públicas específicas do Estado ou conscientização política da sociedade contra as opressões – elementos cuja pauta torna mais difícil a aglutinação devido às contradições específicas do local de trabalho, mas que podem se agudizar em determinados contextos históricos.

Como conclui Bhattacharya (2017, p. 85), em determinados momentos da história é possível que a classe trabalhadora não tenha condições de lutar por melhores condições no local de trabalho especificamente. Os sindicatos podem não mais existir, ou pode ser fraco e cooptados, ou a fragmentação e a reestruturação produtiva podem transformar o local de trabalho de forma a não mais se apresentar como um foco de aglutinação de trabalhadoras. Contudo, onde a luta por melhores salários não é possível, outras formas de disputa social podem eclodir. Esse fenômeno, apesar de atravessar toda a história da disputa da classe trabalhadora, se tornou explícito quando das transformações do capitalismo em sua fase



financeirização e neoliberalização. Como indaga a autora “É de admirar que, na era do neoliberalismo, quando os sindicatos que agitam no ponto de produção (por salários) sejam fracos ou inexistentes em grandes partes do globo, tenhamos crescentes movimentos sociais em torno de questões das condições de vida?” (BHATTACHARYA, 2017, p. 86).

Em texto recente no qual abordam a situação da “crise do cuidado”, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 45) indica que “o capitalismo produz tais crises periodicamente – e por motivos que não são ocidentais. O sistema não apenas vive da exploração do trabalho assalariado: ele também vive à custa da natureza, dos bens públicos e do trabalho não remunerado que reproduz os seres humanos e as comunidades” As autoras propõem que, como o capitalismo abriga uma contradição inerente com a reprodução social, tendendo a se apropriar do máximo de trabalho livre sem qualquer preocupação com a reprodução, gera periodicamente “crises do cuidado”, que “levam mulheres a exaustão, destroem famílias e estiram as energias sociais até o ponto de ruptura” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 103).

Nesse sentido, o avanço do neoliberalismo não se desenvolve unicamente por meio de um enfrentamento contra as organizações clássicas dos trabalhadores, desmantelando sua condição de organização via sindical, mas também por um ataque profundo às formas institucionalidades de organização da reprodução social, privatizando os recursos anteriormente socializados e reduzindo a qualidade de serviços públicos (BHATTACHARYA, 2017, p. 90)

Seguindo o raciocínio de Fraser (2017, p. 35), diante dessas pressões, as lutas pela reprodução social incluem movimentos comunitários populares por moradia, assistência médica, segurança alimentar e uma renda básica incondicional; lutas pelos direitos dos migrantes, trabalhadores domésticos e funcionários públicos; campanhas para sindicalizar aqueles que prestam serviços sociais em casas de repouso, hospitais e creches com fins lucrativos; lutas por serviços públicos, como creche, e disputas por mais tempo dedicado a manutenção doméstica, demandando uma semana de trabalho mais curta ou uma ampliação das licenças parentais.

Tomadas em conjunto, essas reivindicações são equivalentes à demanda por uma reorganização maciça da relação entre produção e reprodução: por arranjos sociais que possam permitir que pessoas de todas as classes, gêneros, sexualidades e cores combinem atividades reprodutivas sociais com atividades seguras e valorizadas. (FRASER, 2017, p. 35) Nesse sentido, as lutas de fronteira sobre a reprodução social são tão centrais na conjuntura atual quanto as lutas de classes sobre a produção econômica: elas respondem, acima de tudo, a uma crise de cuidados que está enraizada na dinâmica estrutural do capitalismo, que pressiona principalmente as margens femininas e negras da classe trabalhadora.

Em síntese, a disputa por melhores condições de reprodução, ao destacar o trabalho realizado nas esferas privadas de forma gratuita e as consequências da precarização social do trabalho para extensas porções da classe trabalhadora, se combina as batalhas no campo da produção, pressionando o capital em ambas as esferas. Nesse contexto, as lutas feministas em torno da visibilização do trabalho realizado pelas mulheres carrega o potencial de enfrentar a absorção de trabalho não remunerado pelo capital, assim como as reivindicações do movimento negro são capazes de denunciar como a figura do racismo é fundamental para a manutenção das formas de exploração mesmo do trabalho assalariado. Por fim, as pressões da atual forma de resolução entre a contradição produção/reprodução social formam contornos mais nítidos em torno dos campos em disputa da reprodução, permitindo a emergência de lutas que, se localizadas nas pautas como transporte, moradia e custo de vida, então em consonância com um momento mais amplo da luta de classes contra a exploração em geral.

*iii) Reprodução social e a potencialidade de criação de resistência coletiva e recriação da organização social do trabalho*

No sentido de especificar de forma mais nítida o que se entende por lutas em torno da reprodução e sua potencialidade, cabe aqui fazer uma distinção entre as concepções da chamada escola autonomista da Reprodução Social, campo que pode ser identificado, por exemplo, no trabalho de Federici, e a escola marxista da Reprodução Social, campo no qual se encontram Bhattacharya, Arruzza, Ferguson e McNally. Ambas as vertentes compartilham da análise quanto a importância do trabalho reprodutivo e de sua contradição imanente ao capitalismo, dado seu duplo caráter, posto que, ao mesmo tempo em que reproduz a vida, produz a mercadoria força de trabalho. Contudo, essas vertentes se desencontram no debate no que tange à questão do valor do trabalho reprodutivo e, conseqüentemente, sobre as condições e formas que tornam possível uma resistência na esfera da reprodução.

Do ponto de vista das autonomistas, o trabalho realizado no âmbito da reprodução social, ainda que de forma mediada, é entendido como produtivo para o capitalismo, uma vez que, mesmo que suas atividades sejam realizadas fora da subsunção do trabalho assalariado, em última instância estariam dentro do sistema capitalista, produzindo uma mercadoria a ser trocada na forma de equivalentes no mercado de trabalho – a força de trabalho. Dessa forma, ainda que não produzam valor de troca imediatamente, transfeririam valor a ser articulado no sistema de trocas capitalista.

Por essa razão, em sua concepção, a reprodução social nos marcos do capitalismo estaria absolutamente subsumida à lógica do sistema, e toda e qualquer resistência no campo de

reprodução social só poderia tomar lugar *fora* do sistema – pela suspensão de qualquer atividade que produzisse valor para o capital. Sustentam, assim, que a resistência ao capitalismo no âmbito da reprodução social só poderia se dar a partir da construção de comunidades autossustentáveis, nas quais o trabalho comunitário fosse dividido entre seus membros e membras para promover, fora da lógica de troca de equivalentes, formas de subsistência e cuidados coletivos que não perpassassem a relação com o mercado e as instituições capitalistas de reprodução da vida (FEDERICI, 2019, p. 288)<sup>70</sup>. Nessa chave, abandonam qualquer possibilidade de que as disputas em torno de melhores condições de trabalho a partir da organização da classe em torno de entidades sindicais possa, efetivamente, avançar na emancipação social.

A escola marxista da reprodução social, sob outro ângulo, entende que a forma como se organiza o trabalho da reprodução social seria, seguindo estritamente a concepção clássica marxista, improdutivo, considerando que a determinação do caráter do trabalho deve levar em consideração sua posição direta no sistema de produção. Endereçam assim a crítica ao autonomismo afirmando que ele se valeria de uma lógica do “tudo ou nada”, já que considera que, apenas porque o trabalho reprodutivo contribui com o processo de acumulação capitalista, ele deve ser produtor de valor (FERGUSON, 2020, p. 125), perdendo as nuances do trabalho reprodutivo que justificam sua importância enquanto elemento que se compõe à luta de classes: justamente porque a criação de valor “demanda as duas formas de trabalho, aquelas que são capitalisticamente “produtivas” e as que não” (FERGUSON, 2020, p. 126), mora a contradição indissolúvel entre produção e reprodução: a criação de valor depende de formas diversas de subsunção de trabalho (assalariado, gratuito e precarizado).

Esse cenário leva à conclusão de que a produção da vida exige regularmente resistir à subsunção da vida no capital em ambas as esferas. Enquanto a resistência trava no local de trabalho tem o potencial de resistir ao controle direto do capital sobre a forma como se organiza o trabalho produtivo, as disputas em torno da reprodução têm a capacidade de organizar as porções da classe trabalhadora não diretamente implicada no trabalho imediatamente

---

<sup>70</sup> Essa visão é até certo ponto compartilhada pelas feministas autonomistas e autores que se embrenham no debate da “política do comum”, como Hardt e Negri (2016) e Dardot e Laval (2015). Federici (2019, p. 335) posiciona sua diferenciação à proposição dos autores, contudo, estabelecendo que discorda do pressuposto de que o avanço tecnológico seria responsável pela criação de possibilidades de organização autônomas ao capitalismo. Considerando, de outra monta, que o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo tem como fundo a violência e destruição da vida comunitária, demarca que, em sua leitura da história das opressões, a organização comunitária e autossustentável para além das relações capitalistas é a maneira como as comunidades historicamente geriam sua reprodução, a exemplo das culturas de subsistência agrária da África Central ou de países da América Latina, e, portanto, sua sustentabilidade enquanto forma de resistência não perpassam os avanços tecnológicos.

subsumido ao assalariamento, assim como de radicalizar e expandir a proporções da disputa da classe contra o capital, uma vez que apenas melhores condições de trabalho não são suficientes para solucionar todas as contradições.

Dessa forma, a escola marxista não apenas identifica a necessidade de desenvolver lutas anticapitalistas em múltiplas frentes, como também prioriza a construção de pontes entre elas. Na prática, isso significa descobrir maneiras de as greves no local de trabalho incorporarem políticas anti opressão e as greves anti opressão incorporarem as demandas baseadas no local de trabalho. Como coloca Bhattacharya (2018), não é possível que se ameace verdadeiramente o capital sem organizar a resistência no campo da produção: as greves nos locais de trabalho são essenciais e críticas em qualquer movimento que se proponha combater as prioridades do capital sobre a vida. Contudo, porque a reprodução social é fundamental para o capitalismo “a luta contra o capital deve também engajar o Estado através de tentativas de retomar as prioridades da vida sobre o lucro, quer seja em torno do trabalho produtivo, quer seja em torno do trabalho reprodutivo”.

Neste trabalho, adoto a perspectiva da Teoria da Reprodução Social marxistas, ainda que com a ressalva de Ferguson (2020), para quem a formulação das feministas autonomistas não deve ser integralmente descartada, posto ressaltarem a potencialidade das formas de resistência por fora da apreensão imediata ao capitalismo, por permitirem o desenvolvimento criativo de novas formas de produção da vida e de compreensão do trabalho.

Conforme a proposição de Federici (2018, s.p.), a criação de espaços coletivos além do alcance do capital permite criar formas coletivas de viver e produzir – a exemplo das cozinhas comunitárias, fazendas e ocupações de terras, bem como sistemas alternativos ao mercado para assistência médica, assistência infantil e outros serviços sociais. Segundo a autora, essas são “formas cooperativas de reprodução que permitem às pessoas sobreviver, apesar de seu acesso muito limitado à renda monetária”. O contrapoder ao capitalismo surge, nas organizações em torno de pautas reprodutivas, porque os membros ganham maior controle sobre as condições de sua reprodução social e adotam formas alternativas de resistir à "sociedade do trabalho": dentro de comunidades e iniciativas "fora" do capitalismo, os membros e membras desvelam a forma restrita sob a qual o trabalho é reconhecido e regido pelo capitalismo, e descobrem e nutrem os "poderes criativos do trabalho social".

## BIBLIOGRAFIA

- BAKER, C. COX, L. KRINSKY, J. NILSEN, A.G. *Marxism and Social Movements*. Boston: Historical materialism book series, 2013.
- BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 1o semestre de 2019, p. 101-112.
- BHATTACHARYA, Tithi. “How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class”. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. p. 68-93. London: Pluto Press, 2017b.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVERS, Tilman. MULLER-PLANTENBERG, Clarita. SPESSART, Stefanie
- FEDERICI, Silvia. *A História Oculta da Fofoca*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Caliban and the witch*. New York: Autonomedia, 2004.
- FEDERICI, Silvia. *Re-Enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons*. Califórnia: Editora PM Press, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Revolution at point zero: housework, reproduction, and feminist struggle*. 1 ed. New York: PM Press/Common Notions/Autonomedia, 2012.
- FEDERICI, Silvia. CARLIN, Matthew. *The Exploitation of Women, Social Reproduction, and the Struggle against Global Capital*, 2014. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/553382>  
Acesso em: 12/03/2020
- FERGUSON, Susan. *Canadian Contributions to Social Reproduction Feminism, Race na Embodied Labor, Race, Gender and Class* 15, nos.1-2, 2008, p. 42-57.
- FERGUSON, Susan. *Feminismo interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa*. *Cadernos CMARX*, n. 10, 2017, pág. 13-38.
- FERGUSON, Susan. *Precarious Migrants: Gender, Race and the social reproduction of a global working class*. London: Merlin Press, 2014.
- FERGUSON, Susan. *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction*. London: Pluto Press, 2020.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. “Capital, força de trabalho e relações de gênero”. Tradução de Máira Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. In *Revista Outubro*, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017.

- GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, n. 32, p. 107-126, 2011.
- GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. São Paulo: Editora Cintra, 2013.
- HILL COLLINS, Patricia. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1990.
- HIRATA, Helena. Gênero, raça e classe: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73.
- MCNALLY, David. ‘Unity of the diverse’: Working-call Formations and Popular Uprisings from Cochabamba to Cairo. In: BAKER, C. COX, L. KRINSKY, J. NILSEN, A.G. *Marxism and Social Movements*. Boston: Historical materialism book series, 2013.
- MCNALLY, David. “Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory”. In BHATTACHARYA, Tithi (Org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- SAFIOTTI, Heleieth. *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. *From #BlackLivesMatter to Black Liberation*. Chicago: Haymarket Books, 2016.
- TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. *How we get free: Black Feminism and the Combahee River Collective*. Chicago: Heymarket Books, 2017.
- WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.